



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO CORREGEDORIA NACIONAL

PORTARIA CNMP-CN Nº 047, DE 21 DE OUTUBRO DE 2009

O **CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, Conselheiro Sandro José Neis, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que cabe ao Corregedor Nacional, a teor do § 3º do art. 130-A da Constituição da República e do art. 31, inciso I, da Resolução nº 31, de 1º de setembro de 2008, (Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público), realizar de ofício sindicâncias, inspeções e correições, receber reclamações, representações e denúncias de qualquer interessado, relativas à atuação de membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público, em Sessão Plenária realizada no último dia 25 de agosto, aprovou, por unanimidade, o plano de trabalho apresentado pelo Corregedor Nacional, relativo ao biênio 2009/2011, o qual possui como uma das prioridades a realização de visitas de inspeção em todas as unidades do Ministério Público brasileiro.

CONSIDERANDO que foi designada a realização de procedimento de inspeção no Ministério Público do Estado do Amazonas, cuja oportunidade, até como forma de se adotar um tratamento isonômico entre todas as unidades do Ministério Público brasileiro, poderá ser aproveitada para a realização de inspeção também no Ministério Público do Trabalho daquele Estado, otimizando-se os serviços da Corregedoria Nacional e visando a economicidade;

CONSIDERANDO que os objetivos desta Corregedoria Nacional, além de detectar eventuais inadequações de ordens disciplinares ou administrativas, tomando as providências necessárias para o equacionamento das distorções constatadas, são os de também procurar realizar um levantamento da realidade de todos os ramos do Ministério Público brasileiro, cujas informações poderão orientar na adoção de novos mecanismos que possam contribuir para uma maior eficiência nas atividades ministeriais, conhecendo projetos inovadores que possam ser futuramente aplicados em outras unidades do Ministério Público;

CONSIDERANDO ser imprescindível, para uma visualização precisa do funcionamento das unidades do Ministério Público do Trabalho no Estado do Amazonas, inclusive para efeito de se encontrar as melhores soluções para a busca do aprimoramento institucional, a verificação *in loco* do funcionamento dos serviços que estão sendo prestados naquele Estado;

RESOLVE:

1. Instaurar inspeção no Ministério Público do Trabalho no Estado do Amazonas, cujos procedimentos serão realizados a partir do dia 9 de novembro próximo, prestando-se a analisar o funcionamento dos serviços administrativos e funcionais em todo o Ministério Público daquele Estado.

2. Fica, desde já, designado o dia 12 de novembro próximo, a partir das 9h, na sede do Ministério Público do Trabalho do Estado do Amazonas, para o recebimento de sugestões, notícias, reclamações, denúncias ou observações capazes de contribuir para o aprimoramento dos serviços prestados pelo Ministério Público do Trabalho daquele Estado.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO CORREGEDORIA NACIONAL

2.1 Os atendimentos serão efetuados em ordem de chegada, devendo os interessados se apresentarem munidos dos respectivos documentos de identidade, a fim de que, se necessário, seja possível colher-se eventuais depoimentos que possam contribuir para o esclarecimento dos fatos.

2.2 Poderá o interessado, se assim entender conveniente, apresentar a sua manifestação por escrito.

3. Determinar que a Secretaria da Corregedoria Nacional do Ministério Público oficie-se ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça, ao Corregedor Nacional de Justiça, ao Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e ao Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, comunicando-lhes da realização da inspeção e do atendimento previsto no item 2 desta Portaria.

4. Oficiar, ainda, para o mesmo objetivo acima determinado, as seguintes Autoridades do Estado do Amazonas: Senadores e Deputados Federais do Estado, o Governador do Estado, o Presidente da Assembléia Legislativa, o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 11^a Região, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, o Diretor do Foro da Justiça do Trabalho, o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Estado do Amazonas, o Chefe da Advocacia-Geral da União, o Chefe da Defensoria Pública, o Procurador-Geral do Estado, o Prefeito Municipal de Manaus, o Presidente da Câmara de Vereadores de Manaus, o Comandante-Geral da Polícia Militar, o Chefe da Polícia Civil, os Presidentes das Associações do Ministério Público, Magistratura, Defensores Públicos e Procuradores do Estado, o Presidente da Federação da Indústria e do Comércio do Amazonas e os Presidentes de Sindicatos Patronais e de Trabalhadores.

5. Determinar que participarão dos trabalhos, além deste Corregedor Nacional, os Membros Auxiliares da Corregedoria Nacional do Ministério Público, Dr. Ernani Guetten de Almeida, Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, Dr. Cid Luiz Ribeiro Schmitz, Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, Dr. André Vinícius Espírito Santo de Almeida, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Dr. Gaspar Antonio Viegas, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Dr. Elton Ghersel, Procurador Regional da República, do Ministério Público Federal, Dr. Cezar Luís Rangel Coutinho, Procurador da Justiça Militar, do Ministério Público Militar, Dr. Marcos Regenold Fernandes, Promotor de Justiça do Estado do Mato Grosso, e Dr. Mário Henrique Cardoso Caixeta, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, aos quais, sem prejuízo dos poderes conferidos ao Corregedor Nacional do Ministério Público, delega a realização das atividades de inspeção e dos atos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos.

6. Designar o Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, Dr. Ernani Guetten de Almeida, e o servidor do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Adauto Viccari Júnior, para procederem as diligências preparatórias à inspeção, inclusive deslocando-se ao Estado do Amazonas para a identificação das Unidades do Ministério Público a serem inspecionadas, coletando informações e reunindo documentos necessários ao melhor andamento dos trabalhos.

7. Designar o servidor João Barbosa Lima, Chefe de Gabinete da Corregedoria Nacional do Ministério Público, como Secretário responsável pelas anotações e guarda dos documentos, arquivos eletrônicos e informações destinadas à consolidação dos trabalhos, sem prejuízo da designação de outros servidores que eventualmente sejam necessários para os trabalhos.

8. Determinar que sejam oficiados os Senhores Procurador-Geral do Trabalho, Corregedor-Geral do Ministério Público do Trabalho e Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho no Estado do Amazonas, convidando-os para a inspeção, solicitando a este último que:

8.1 Providencie a publicação desta Portaria na entrada principal da sede do Ministério Público do Trabalho no Estado do Amazonas, em data anterior ao período de inspeção, inclusive no Diário Oficial de Justiça do Estado, cuja cópia da publicação instruirá o respectivo Relatório de Inspeção.



**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
CORREGEDORIA NACIONAL**

9. Determinar a autuação desta Portaria como Procedimento de Inspeção, providenciando a sua publicação no Diário Oficial da União e no *site* do Conselho Nacional do Ministério Público.

Autue-se; publique-se; registre-se; comunique-se; cumpra-se.

Brasília, 21 de outubro de 2009.

SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional do Ministério Público